

## ***XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF***

### **Grande área:**

Ciências Sociais Aplicadas

### **Projeto:**

CONTRATOS DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: O INTERESSE DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO AGENTE PRIVADO, O DIREITO FUNDAMENTAL DO INVENTOR DE SER RECONHECIDO COMO TITULAR DA PATENTE E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

### **Autores:**

VICTOR FREITAS LOPES NUNES (XIX BIC 2011/2012)

HENRIQUE SILVA MORAES (XIX BIC 2011/2012)

MARCOS VINICIO CHEIN FERES (ORIENTADOR)

### **Resumo:**

Este projeto encontra-se inserido na temática central do Grupo de Pesquisa, Argumentação, Direito, e Inovação. Integridade e identidade sugerem um processo de reconstrução crítica no momento de criação e aplicação do Direito. Dworkin (1985) e Taylor (1989) são os referenciais teóricos dessa necessária interpretação da legislação de proteção à propriedade industrial com vistas a resolver o dilema das doenças negligenciadas. A matriz argumentativa estruturante do conceito de Direito é essencial ao estudo dogmático da propriedade industrial e, em especial, os contratos de cooperação tecnológica e seus reflexos na prática da pesquisa. Importa destacar ainda que avançar num estudo crítico da dogmática hoje existente sobre direitos de propriedade intelectual requer um aprofundamento teórico mais substancial. Assim, a partir da relação entre integridade dworkiniana e identidade tayloriana, indaga-se como se deve compreender o contrato de transferência/cooperação tecnológica entre um pesquisador(a) de uma entidade pública de educação e uma empresa privada, de modo que seja respeitado o direito do inventor de ser reconhecido como titular da patente, e também, o direito à exploração econômica, tendo em vista o ordenamento jurídico. Considerando a teoria do direito como integridade, em Dworkin, e sua relação com a proposta de teoria moral de Taylor, o processo de criação e aplicação de um contrato de transferência/cooperação tecnológica entre um pesquisador(a) de uma instituição pública e uma empresa privada requer um trabalho discursivo de construção interpretativa dos elementos legais e constitucionais que servem de balizas para a aquisição, a utilização e a transação de direitos de patente. Metodologicamente, a pesquisa consiste numa abordagem qualitativa por traços de significação, por meio do procedimento da análise de conteúdo cujas unidades de análise são os textos teóricos sobre direito de propriedade industrial, contratos de cooperação tecnológica e as decisões administrativas. De modo geral, os resultados parciais consistem na possibilidade de se aplicar o processo de interpretação com

fundamento na integridade jurídica e na identidade tayloriana para se reconstruir o sentido da legislação de inovação para se construirem contratos de cooperação tecnológica que fomentem o desenvolvimento de pesquisa acadêmicas com reflexo positivos na relação de mercado, na universidade e na sociedade civil.